

Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 15.

A evolução das tecnologias de informação, aliada à crescente capacidade de coleta e armazenamento de dados, intensificou os debates sobre a posse e o uso ético dessas informações. A dicotomia entre as esferas pública e privada mostra-se cada vez mais complexa e desafiadora, especialmente no contexto digital. Entretanto, considerar que dados de fácil acesso, como registros pessoais de usuários nas redes sociais, são informações públicas que podem ser utilizadas sem autorização e consentimento é uma interpretação equivocada e descontextualizada.

A separação entre o público e o privado tornou-se um dos principais debates éticos e políticos dos séculos XX e XXI. A construção e a aplicação dessa dualidade foram cruciais para as estruturas econômicas capitalistas e para a consolidação do ideal liberal da democracia burguesa nesse período. Todavia, na contemporaneidade, o rápido desenvolvimento tecnológico, especialmente no que tange à capacidade de registrar, armazenar e acessar informações, originou novos desafios sociais relacionados à posse e ao uso de dados. Com isso, o conflito entre o bem coletivo e o individual tem ocupado lugar central nas discussões das Ciências Humanas.

A filósofa Hannah Arendt, em sua obra *A Condição Humana*, fez uma análise do conceito de público no âmbito da política e da ética. Ela considerou o público como um espaço compartilhado onde os humanos se reúnem para interagir e construir uma realidade social, sustentada na pluralidade de perspectivas e pela busca de um entendimento mútuo. Nesse ínterim, o público contrapõe-se ao privado, que pertence ao espaço da necessidade (biológica, laboral e familiar) e da intimidade (espaço seguro para o amadurecimento emocional e das relações autênticas, garantidor da privacidade e da liberdade).

Nos campos da Ética, o público é aquilo que diz respeito ao interesse do coletivo em detrimento dos interesses pessoais. Todavia, com o surgimento da Internet, e em especial das redes sociais, passou-se a entender por público aquilo que pode ser divulgado sobre uma pessoa. Logo publicar textos, fotos, áudios e vídeos nas redes sociais significa que qualquer pessoa, com acesso ao site ou à rede social, pode visualizar essas informações em um local específico. Entretanto, o acesso público à informação não significa que o usuário as cede para usos alheios a seu conhecimento e a sua autorização.

Meucci, A. **Dados públicos e ética na pesquisa:**
um ensaio sobre a privacidade contextual.
Internet: <doi.org> (com adaptações).

QUESTÃO 1



A respeito da tese e das ideias defendidas no texto, infere-se que

- (A) a barreira entre o público e o privado foi rompida, uma vez que o conceito de público passou a corresponder ao que pode ser visto por muitas pessoas.
- (B) a modernidade digital criou novos desafios sociais, porque o fácil acesso às informações não significa que elas estejam liberadas para uso irrestrito.
- (C) informações publicadas em redes sociais são públicas e, portanto, podem ser utilizadas livremente por qualquer pessoa.
- (D) privacidade significa segredo absoluto e, dessa forma, compreende-se que informações privadas nunca podem ser compartilhadas.
- (E) o uso de redes sociais é nocivo e, por essa razão, recomenda-se que não sejam compartilhadas informações pessoais na Internet.

QUESTÃO 2



No que concerne aos recursos linguísticos e às estratégias argumentativas, o texto emprega

- (A) refutação de uma ideia equivocada, rejeitando a interpretação de que dados acessíveis publicamente podem ser utilizados sem autorização.
- (B) relação de causa e consequência, ao mostrar que a convergência entre o público e o privado decorre dos ideais liberais da democracia do século XIX.
- (C) exemplificação concreta, com a menção à ocorrência de vazamento de registros pessoais e de dados sensíveis por plataformas digitais e redes sociais.
- (D) generalização da ideia de consentimento de uso de dados, abordando questões legais, científicas, jornalísticas ou de interesse público.
- (E) contextualização histórica, reforçando o capitalismo como modelo de construção ética a respeito da separação entre público e privado.

QUESTÃO 3



O autor recorre à filósofa Hannah Arendt para discutir os conceitos de público e privado. Considerando essa informação, bem como o desenvolvimento argumentativo do texto, é correto afirmar que a principal função dessa referência é

- (A) demonstrar que a filósofa defendia a regulamentação das redes sociais e o controle do uso de dados digitais.
- (B) comprovar que a oposição entre público e privado perdeu completamente a sua validade após o surgimento das tecnologias digitais.
- (C) evidenciar que a Internet ampliou o espaço público descrito por Arendt, eliminando a necessidade de distinção entre interesse coletivo e interesse individual.
- (D) sustentar que os conteúdos publicados em redes sociais e em outras plataformas digitais pertencem ao domínio coletivo e, por isso, podem ser utilizados livremente por terceiros.
- (E) apresentar uma fundamentação conceitual para problematizar a compreensão contemporânea de que toda informação acessível na Internet é necessariamente pública.

QUESTÃO 4



O excerto foi extraído de um ensaio acadêmico sobre ética na pesquisa. A partir dessa informação, é correto afirmar que há características desse gênero nesse texto, sobretudo, porque ele apresenta

- (A) marcas de pessoalidade, ao abordar questões acerca da privacidade.
- (B) linguagem técnica, restrita às áreas de conhecimento citadas no texto.
- (C) referência teórica explícita, por meio da citação de Hannah Arendt.
- (D) frases longas e encadeadas que impossibilitam a acessibilidade da leitura.
- (E) vocabulário abstrato e figurativo, sobretudo, na exemplificação da oposição de ideias.

QUESTÃO 5



No trecho “A evolução das tecnologias de informação, aliada à crescente capacidade de coleta e armazenamento de dados, intensificou os debates sobre a posse e o uso ético dessas informações.”, a forma verbal “intensificou” recebe a mesma classificação sintática que a forma verbal

- (A) “foram”, em “A construção e a aplicação dessa dualidade foram cruciais para as estruturas econômicas capitalistas”.
- (B) “originou”, em “na contemporaneidade, o rápido desenvolvimento tecnológico, especialmente no que tange à capacidade de registrar, armazenar e acessar informações, originou novos desafios sociais relacionados à posse e ao uso de dados”.
- (C) “reúnem”, em “onde os humanos se reúnem para interagir e construir uma realidade social”.
- (D) “é”, em “o público é aquilo que diz respeito ao interesse do coletivo”.
- (E) “contrapõe”, em “Nesse ínterim, o público contrapõe-se ao privado”.

QUESTÃO 6



Considerando os aspectos linguísticos do texto, assinale a opção que apresenta a análise correta em relação ao período “A filósofa Hannah Arendt, em sua obra A Condição Humana, fez uma análise do conceito de público no âmbito da política e da ética.”.

- (A) O trecho “em sua obra A Condição Humana” está isolado por vírgulas por ser classificado como oração explicativa.
- (B) O termo “Hannah Arendt” exerce duas funções sintáticas: a de núcleo do sujeito e a de aposto exemplificativo.
- (C) O trecho “no âmbito da política e da ética” não está isolado por vírgula por se tratar de aposto especificativo.
- (D) O período apresenta um adjunto adverbial deslocado, o que justifica o uso da vírgula.
- (E) O período apresenta dois apostos: um aposto especificativo (“Hannah Arendt”) e um aposto exemplificativo (“em sua obra A Condição Humana”).

QUESTÃO 7



No trecho “são informações públicas que podem ser utilizadas sem autorização e consentimento é uma interpretação equivocada e descontextualizada.”, o elemento “que” pode ser substituído, mantendo-se o sentido original e a correção gramatical do texto, por

- (A) a qual.
- (B) à qual.
- (C) as quais.
- (D) às quais.
- (E) ao qual.

QUESTÃO 8



No trecho “A evolução das tecnologias de informação, aliada à crescente capacidade de coleta e armazenamento de dados,”, o uso da crase

- (A) é facultativo, assim como em “passou-se a entender por público aquilo que pode ser divulgado sobre uma pessoa”.
- (B) é facultativo, assim como em “não significa que o usuário as cede para usos alheios”.
- (C) é proibido, assim como em “no que tange à capacidade de registrar”.
- (D) é obrigatório, assim como em “o acesso público à informação”.
- (E) é obrigatório, assim como em “usos alheios a seu conhecimento e a sua autorização”.

QUESTÃO 9



Em relação ao uso do pronome no trecho “significa que o usuário as cede”, assinale a opção correta.

- (A) O termo “as” é classificado como pronome pessoal e está anteposto ao verbo por ocorrer em uma oração subordinada.
- (B) O termo “as” é um pronome relativo que retoma o termo imediatamente anterior a ele.
- (C) O termo “as” é um pronome oblíquo e, por isso, poderia ser substituído por “lhes”, sem prejuízo gramatical, nem alteração de sentido.
- (D) O termo “que” é um pronome relativo que retoma “informação”.
- (E) O termo “que” é um pronome relativo que introduz uma oração adjetiva.

QUESTÃO 10



Estariam preservadas a correção gramatical e a coerência do texto caso fosse inserida uma vírgula imediatamente após o termo

- (A) “públicas”, em “são informações públicas que podem ser utilizadas sem autorização e consentimento é uma interpretação equivocada e descontextualizada.”.
- (B) “privado”, em “A separação entre o público e o privado tornou-se um dos principais debates éticos e políticos dos séculos XX e XXI.”.
- (C) “aquilo”, em “o público é aquilo que diz respeito ao interesse do coletivo em detrimento dos interesses pessoais.”.
- (D) “individual”, em “o conflito entre o bem coletivo e o individual tem ocupado lugar central nas discussões das Ciências Humanas.”.
- (E) “Logo”, em “Logo publicar textos, fotos, áudios e vídeos nas redes sociais significa que qualquer pessoa, com acesso ao site ou à rede social, pode visualizar essas informações em um local específico.”.

QUESTÃO 11



Quanto ao emprego dos verbos e às relações de concordância verbal e nominal, assinale a opção correta.

- (A) No trecho “o conflito entre o bem coletivo e o individual tem ocupado lugar central nas discussões das Ciências Humanas.”, a forma verbal “tem” deveria ser acentuada a fim de concordar com o sujeito composto.
- (B) No trecho “Ela considerou o público como um espaço compartilhado onde os humanos se reúnem para interagir e construir uma realidade social, sustentada na pluralidade de perspectivas e pela busca de um entendimento mútuo.”, o termo “sustentada” concorda com o pronome “ela”.
- (C) No trecho “considerar que dados de fácil acesso, como registros pessoais de usuários nas redes sociais, são informações públicas que podem ser utilizadas sem autorização e consentimento é uma interpretação equivocada e descontextualizada.”, o termo “utilizadas” concorda com “redes sociais”.
- (D) No trecho “A dicotomia entre as esferas pública e privada mostra-se cada vez mais complexa e desafiadora”, os termos “complexa” e “desafiadora” deveriam estar no plural a fim de concordar com “esferas públicas”, a quem se refere.
- (E) No trecho “Entretanto, considerar que dados de fácil acesso, como registros pessoais de usuários nas redes sociais, são informações públicas que podem ser utilizadas sem autorização e consentimento é uma interpretação equivocada e descontextualizada.”, a forma verbal “é” encontra-se no singular por concordar com sujeito oracional.

QUESTÃO 12



A respeito das relações sintáticas do texto, assinale a opção correta.

- (A) No trecho “A dicotomia entre as esferas pública e privada mostra-se cada vez mais complexa e desafiadora”, as palavras “complexa” e “desafiadora” cumprem, ambas, a função sintática de predicativo do sujeito.
- (B) A partícula “se”, no trecho “mostra-se cada vez mais complexa e desafiadora”, tem a função sintática de objeto indireto do verbo mostrar.
- (C) Nos trechos “que podem ser utilizadas” e “especialmente no que tange à capacidade de registrar”, ambas as ocorrências da palavra “que” exercem função sintática de sujeito.
- (D) No trecho “o público é aquilo que diz respeito ao interesse do coletivo”, a palavra “que” introduz uma oração subordinada substantiva subjetiva.
- (E) No trecho “Entretanto, o acesso público à informação não significa que o usuário as cede para usos alheios a seu conhecimento e a sua autorização.”, os termos “a seu conhecimento” e “a sua autorização” exercem função de objeto indireto do verbo ceder.

QUESTÃO 13



A coerência e a coesão do texto seriam mantidas, caso a conjunção “todavia”, em “Todavia, com o surgimento da Internet, e em especial das redes sociais, passou-se a entender por público aquilo que pode ser divulgado sobre uma pessoa”, fosse substituída por

- (A) **porquanto.**
- (B) **não obstante.**
- (C) **destarte.**
- (D) **outrossim.**
- (E) **ademaís.**

QUESTÃO 14



Assinale a opção cuja proposta de reescrita da oração “A filósofa Hannah Arendt, em sua obra A Condição Humana, fez uma análise do conceito de público no âmbito da política e da ética.” mantém a correção gramatical e o sentido original do texto.

- (A) **O conceito de público no âmbito da política e da ética será analisado pela filósofa Hannah Arendt, em sua obra A Condição Humana.**
- (B) **Em sua obra A Condição Humana, a filósofa Hannah Arendt, analisou o conceito de público no âmbito da política e da ética.**
- (C) **No âmbito da política e da ética, o conceito de público foi analisado pela filósofa Hannah Arendt, em sua obra A Condição Humana.**
- (D) **Analisou-se o conceito de público no âmbito da política e da ética em sua obra A Condição Humana.**
- (E) **Na obra A Condição Humana, analisaram-se conceito de público no âmbito da política e da ética.**

QUESTÃO 15



Assinale a opção que apresenta a proposta correta de reescrita para o trecho “Ela considerou o público como um espaço compartilhado onde os humanos se reúnem para interagir e construir uma realidade social, sustentada na pluralidade de perspectivas e pela busca de um entendimento mútuo.”, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto.

- (A) **Como um espaço compartilhado, em que os humanos reúnem-se para interagir e construir uma realidade social, sustentada pela busca de um entendimento mútuo e pela pluralidade de perspectivas, ela concebeu o público.**
- (B) **O público foi considerado por ela um espaço coletivo em que os seres humanos se reúnem para interagir e construir uma realidade social, da qual se sustenta na pluralidade de perspectivas e na busca de uma compreensão mútua.**
- (C) **Sustentada pela pluralidade de perspectivas e pela busca de um entendimento mútuo a realidade social é construída por humanos em um espaço compartilhado no qual eles se reúnem para interagir, espaço esse que Hannah Arendt considerou como público.**
- (D) **Ela considerou o público como um espaço compartilhado, no interior do qual os humanos interagem e constroem uma realidade social, que se sustenta na pluralidade de perspectivas e na busca de um entendimento mútuo.**
- (E) **Ela considerou o público como um espaço compartilhado em que os humanos se reúnem para interagir, construir uma realidade social e buscar um entendimento mútuo.**

QUESTÃO 16



Em um condomínio, 12 moradores estavam disponíveis para compor uma comissão que participaria de uma reunião na qual se discutiriam melhorias no prédio. Nesse contexto, seriam escolhidos 4 moradores para essa comissão.

Com base nessa situação hipotética e sabendo-se que Poliana e Simone não aceitariam participar juntas, assinale a opção que apresenta corretamente o número de comissões distintas que podem ser formadas.

- (A) 405
- (B) 450
- (C) 495
- (D) 540
- (E) 585

QUESTÃO 17



Um ninja desejava invadir um templo. Para isso, ele poderia escolher entre 3 passagens secretas para entrar no pátio, depois entre 4 corredores para chegar ao salão principal e, por fim, entre 5 escadas para alcançar a torre central.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente o número de maneiras diferentes de o ninja entrar no templo e chegar à torre central.

- (A) 24
- (B) 36
- (C) 48
- (D) 60
- (E) 72

QUESTÃO 18



Gael pensou em um número inteiro de 3 algarismos. Ao multiplicar esse número por 9, ele obteve um resultado terminado em 548.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente a soma dos algarismos do número pensado por Gael.

- (A) 10
- (B) 11
- (C) 12
- (D) 13
- (E) 14

QUESTÃO 19



Durante uma aula, os alunos perguntaram a idade da professora Sarita. Enigmática, ela respondeu: “O triplo da idade que eu tinha há 5 anos é igual ao dobro da idade que terei daqui a 10 anos, acrescido de 32”.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente a idade atual da professora Sarita.

- (A) 51 anos
- (B) 55 anos
- (C) 59 anos
- (D) 63 anos
- (E) 67 anos

QUESTÃO 20



Um barco de passeio pode transportar 10 adultos ou 15 crianças, mantendo o mesmo limite de carga. Em uma viagem, o barco já levará 6 adultos.

Em consonância com essa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente o maior número de crianças que ainda poderá ser transportado nessa viagem.

- (A) 4
- (B) 5
- (C) 6
- (D) 7
- (E) 8

QUESTÃO 21



Cláudia, Marcos e Paula vão disputar uma maratona. A probabilidade de Cláudia concluir a prova é de 80%, a de Paula é de 70% e a de Marcos é de 60%.

Considerando essa situação hipotética e que esses eventos sejam independentes, assinale a opção que apresenta corretamente a probabilidade de nenhum dos 3 concluir a maratona.

- (A) 1,8%
- (B) 2,4%
- (C) 4,8%
- (D) 7,2%
- (E) 12%

QUESTÃO 22



Augusta fez um bolo em formato cilíndrico, com 10 cm de raio e 6 cm de altura. Para decorar o bolo, foi feito um furo cilíndrico central, com 5 cm de raio e a mesma altura do bolo. Depois disso, o bolo foi dividido em 9 pedaços iguais.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente o volume de cada pedaço.

- (A) $50\pi \text{ cm}^3$
- (B) $75\pi \text{ cm}^3$
- (C) $100\pi \text{ cm}^3$
- (D) $150\pi \text{ cm}^3$
- (E) $200\pi \text{ cm}^3$

QUESTÃO 23



O consumo mensal de água na casa de Dalila é de $18,5 \text{ m}^3$.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente a quantidade de litros de água consumida em um ano, sabendo-se que o consumo apresentado fora mantido.

- (A) 18.500 L
- (B) 22.200 L
- (C) 185.000 L
- (D) 222.000 L
- (E) 2.220.000 L

QUESTÃO 24



Assinale a opção que apresenta corretamente a negação da proposição “Nenhum brasileiro torce para a seleção argentina”.

- (A) Todos os brasileiros torcem para a seleção argentina.
- (B) Nenhum brasileiro deixa de torcer para a seleção argentina.
- (C) Todo argentino torce para a seleção brasileira.
- (D) Existe brasileiro que não torce para a seleção argentina.
- (E) Pelo menos um brasileiro torce para a seleção argentina.

QUESTÃO 25



Em uma cesta de frutas, algumas frutas são maçãs e algumas são verdes. Sabe-se que: ao serem retiradas todas as maçãs, restam 18 frutas; ao serem retiradas todas as frutas verdes, restam 21 frutas; ao serem retiradas todas as frutas que não são maçãs, restam 14 frutas; e, ao serem retiradas apenas as maçãs verdes, restam 29 frutas.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente o número de maçãs verdes contidas nessa cesta.

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5



ANOTAÇÕES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26



Um servidor público ocupava um cargo efetivo de professor em uma universidade pública e pretendia tomar posse em outro cargo efetivo de natureza administrativa em uma autarquia federal. No caso, havia compatibilidade de horários entre os vínculos, e a soma das remunerações observaria o teto constitucional.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta e à luz da Constituição Federal de 1988 (CF/1988).

- (A) A acumulação é vedada, pois a CF/1988 admite apenas a acumulação de um cargo de professor com outro cargo técnico ou científico.
- (B) A acumulação é vedada, pois os cargos administrativos em autarquias federais não podem integrar hipótese constitucional de acumulação remunerada.
- (C) A acumulação é permitida, pois a CF/1988 admite um cargo de professor com outro de qualquer natureza, desde que sejam observados os requisitos constitucionais.
- (D) A acumulação é vedada, pois a proibição constitucional alcança autarquias e impede o exercício simultâneo de cargos efetivos remunerados.
- (E) A acumulação é permitida apenas se o segundo vínculo tiver natureza temporária, comissionada ou não estiver sujeito ao regime estatutário.

QUESTÃO 27



De acordo com a Lei nº 14.133/2021, consiste em uma hipótese de dispensa de licitação a

- (A) contratação que tenha por objeto bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.
- (B) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (C) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- (D) contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (E) aquisição ou a locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária a sua escolha pela Administração.

QUESTÃO 28



De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, é denominada

- (A) concorrência.
- (B) concurso.
- (C) leilão.
- (D) pregão.
- (E) diálogo competitivo.

QUESTÃO 29



De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, assinale a opção que apresenta corretamente os limites de receita bruta anual para enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte.

- (A) Considera-se microempresa aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000, ao passo que empresa de pequeno porte será aquela com receita bruta superior a R\$ 360.000 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000.
- (B) Considera-se microempresa aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta inferior a R\$ 480.000, ao passo que empresa de pequeno porte será aquela com receita bruta superior a R\$ 480.000 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000.
- (C) Considera-se microempresa aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000, ao passo que empresa de pequeno porte será aquela com receita bruta superior a esse valor, sem limite máximo anual definido.
- (D) Considera-se microempresa aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 4.800.000, ao passo que empresa de pequeno porte será aquela que ultrapasse esse valor em até 20% no ano-calendário.
- (E) Considera-se microempresa aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000, ao passo que empresa de pequeno porte será aquela com receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000.

QUESTÃO 30



De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, assinale a opção correta, acerca das características qualitativas de melhoria da informação financeira útil.

- (A) Relevância, representação fidedigna, tempestividade e compreensibilidade melhoram a utilidade de informações comparáveis e verificáveis.
- (B) Comparabilidade, materialidade, tempestividade e representação fidedigna melhoram a utilidade de informações completas, neutras e livres de erro.
- (C) Comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade melhoram a utilidade de informações relevantes e representadas com fidedignidade.
- (D) Capacidade de verificação, prudência, competência e compreensibilidade melhoram a utilidade de informações relevantes e materialmente verificáveis.
- (E) Relevância, materialidade, capacidade de verificação e representação fidedigna melhoram a utilidade de informações tempestivas e compreensíveis.

QUESTÃO 31



Uma entidade reconheceu um imóvel como ativo em seu balanço patrimonial, por controlar o recurso econômico e dele esperar benefícios econômicos futuros. Posteriormente, em razão de decisão judicial definitiva, a entidade perdeu o controle sobre esse imóvel.

Com base nessa situação hipotética e considerando a NBC TG Estrutura Conceitual, assinale a opção que apresenta o tratamento contábil compatível com o contexto apresentado.

- (A) O ativo deve ser mantido no balanço patrimonial, pois a expectativa inicial de benefícios econômicos futuros preserva o reconhecimento contábil do imóvel.
- (B) O ativo deve ser reclassificado no plano de contas, pois a decisão judicial altera a forma de apresentação, mas não interfere em seu reconhecimento.
- (C) O ativo deve ser transferido ao patrimônio líquido, pois a perda do controle elimina o recurso econômico sem gerar obrigação exigível.
- (D) O ativo deve ser mantido até alienação onerosa, pois somente a venda do imóvel autoriza a sua retirada formal do balanço patrimonial.
- (E) O ativo deve ser desreconhecido, pois a perda de controle sobre o recurso econômico afasta o elemento essencial de sua definição contábil.

QUESTÃO 32



A Alfa & Ômega Comercial Ltda. apresentou saldo devedor de R\$ 50.000 na conta Caixa em 1/6/2025. Ao longo do mês, foram registradas as seguintes operações:

- compra de mercadorias à vista, no valor de R\$ 12.000, paga em dinheiro;
- venda de mercadorias a prazo, para recebimento em 60 dias, no valor de R\$ 20.000;
- devolução de parte das mercadorias adquiridas na compra à vista, no valor de R\$ 2.000, com reembolso em dinheiro pelo fornecedor;
- venda de mercadorias à vista, no valor de R\$ 9.000, recebida em dinheiro;
- devolução de parte das mercadorias vendidas a prazo, no valor de R\$ 3.000, com o correspondente abatimento no valor a receber do cliente;
- compra de mercadorias a prazo, para pagamento em 30 dias, no valor de R\$ 15.000; e
- devolução de parte das mercadorias adquiridas na compra a prazo, no valor de R\$ 4.000, com o correspondente abatimento no valor a pagar ao fornecedor.

Considerando essa situação hipotética, bem como as informações apresentadas, assinale a opção que apresenta o saldo da conta Caixa ao final do mês.

- (A) devedor, no valor de R\$ 47.000
- (B) devedor, no valor de R\$ 46.000
- (C) devedor, no valor de R\$ 53.000
- (D) devedor, no valor de R\$ 49.000
- (E) devedor, no valor de R\$ 55.000

QUESTÃO 33



Em 1º de agosto de 2025, a Lumen Indústria Ltda. contratou seguro contra incêndio para suas instalações industriais, pelo valor total de R\$ 20.000, com vigência de 12 meses a partir da data da contratação. Nos termos do contrato, a parcela correspondente a 40% do prêmio deveria ser paga à vista, tendo sido quitada pela sociedade empresária na data da contratação, enquanto o saldo remanescente seria pago em quatro parcelas iguais, mensais e consecutivas.

A partir dessa situação hipotética e considerando o regime de competência, assinale a opção que apresenta o lançamento contábil adequado para registrar os fatos ocorridos em 1º de agosto de 2025.

- (A)

DÉBITO: DESPESAS COM SEGUROS – RESULTADO	R\$ 12.000
DÉBITO: CAIXA/BANCOS – ATIVO CIRCULANTE	R\$ 8.000
CRÉDITO: SEGUROS A PAGAR – PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 20.000
- (B)

DÉBITO: PRÊMIOS DE SEGURO A APROPRIAR – ATIVO CIRCULANTE	R\$ 20.000
CRÉDITO: CAIXA/BANCOS – ATIVO CIRCULANTE	R\$ 8.000
CRÉDITO: SEGUROS A PAGAR – PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 12.000
- (C)

DÉBITO: PRÊMIOS DE SEGURO A APROPRIAR – ATIVO CIRCULANTE	R\$ 12.000
DÉBITO: CAIXA/BANCOS – ATIVO CIRCULANTE	R\$ 8.000
CRÉDITO: SEGUROS A PAGAR – PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 20.000
- (D)

DÉBITO: DESPESAS COM SEGUROS – RESULTADO	R\$ 20.000
CRÉDITO: CAIXA/BANCOS – ATIVO CIRCULANTE	R\$ 8.000
CRÉDITO: SEGUROS A PAGAR – PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 12.000
- (E)

DÉBITO: PRÊMIOS DE SEGURO A APROPRIAR – ATIVO CIRCULANTE	R\$ 20.000
CRÉDITO: SEGUROS A PAGAR – PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 20.000

QUESTÃO 34



A Vértice Comercial Ltda. apresentou, ao final do exercício social de 2025, as seguintes informações extraídas de sua escrituração contábil.

RECEITA BRUTA DE VENDA DE MERCADORIAS	R\$ 520.000
TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE AS VENDAS	R\$ 78.000
ABATIMENTO SOBRE VENDAS	R\$ 6.000
DEVOLUÇÕES DE VENDAS	R\$ 12.000
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	R\$ 240.000
DESPESAS COM VENDAS	R\$ 32.000
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 58.000
DESPESAS DE DEPRECIAÇÃO	R\$ 14.000
RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 18.000
DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 26.000
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	R\$ 21.000

Com base nessa situação hipotética e observada a estrutura de apresentação da demonstração do resultado, assinale a opção que apresenta, respectivamente, o lucro bruto e o resultado líquido do exercício.

- (A) R\$ 184.000 e R\$ 72.000
- (B) R\$ 184.000 e R\$ 51.000
- (C) R\$ 198.000 e R\$ 65.000
- (D) R\$ 424.000 e R\$ 51.000
- (E) R\$ 240.000 e R\$ 51.000

QUESTÃO 35



De acordo com a Lei nº 4.320/1964, acompanharão a lei de orçamento

- (A) o sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do governo.
- (B) o quadro demonstrativo da receita e da despesa segundo as categorias econômicas.
- (C) o quadro discriminativo da receita por fontes e da respectiva legislação.
- (D) os quadros demonstrativos da receita e os planos de aplicação dos fundos especiais.
- (E) o quadro das dotações por órgãos do governo e da Administração.

QUESTÃO 36



Durante a execução do orçamento de 20X1, uma fundação pública federal verificou que a dotação aprovada na lei orçamentária anual (LOA) para serviços de suporte, manutenção e atualização corretiva de sistema administrativo já utilizado pela entidade não seria suficiente para custear a contratação necessária à continuidade do processamento de dados administrativos. Assim sendo, embora a despesa já estivesse prevista na LOA, o crédito autorizado mostrou-se inferior ao montante necessário, razão pela qual foi solicitado o reforço da dotação.

Considerando essa situação hipotética e a Lei nº 4.320/1964, assinale a opção que apresenta a providência orçamentária adequada.

- (A) A fundação deverá abrir crédito especial, precedido de exposição justificativa e condicionado à indicação dos recursos disponíveis.
- (B) A fundação deverá abrir crédito extraordinário, mediante justificativa da urgência administrativa e da essencialidade do serviço.
- (C) A fundação deverá reconhecer a despesa como obrigação de exercício anterior, para posterior pagamento à conta de dotação específica.
- (D) A fundação deverá promover transposição de recursos entre categorias de programação, independentemente da abertura de crédito adicional.
- (E) A fundação deverá solicitar a abertura de crédito suplementar, precedida de exposição justificada e condicionada à existência de recursos disponíveis.

QUESTÃO 37



De acordo com a Lei nº 4.320/1964, assinale a opção que apresenta um exemplo de receita corrente.

- (A) recurso obtido por ente público mediante operação de crédito contratada para financiamento de obra pública
- (B) valor arrecadado com a alienação de imóvel pertencente ao patrimônio público
- (C) receita proveniente da exploração agropecuária realizada por entidade pública
- (D) valor recebido em razão da amortização de empréstimo anteriormente concedido pelo ente público
- (E) superávit do orçamento corrente apurado no balanceamento entre receitas e despesas correntes

QUESTÃO 38



Ao revisar a classificação orçamentária da despesa de um ente público, um contador público identificou dotações destinadas à concessão de subvenção social a uma instituição privada sem finalidade lucrativa de caráter assistencial e de subvenção econômica a uma empresa privada de caráter industrial.

Considerando essa situação hipotética e de acordo com a Lei nº 4.320/1964, assinale a opção correta.

- (A) O contador deverá classificar ambas as dotações como transferências correntes, pois as subvenções destinam-se a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas.
- (B) O contador deverá classificar a subvenção social como despesa de custeio e a subvenção econômica como transferência de capital, pois apenas a segunda se destina a entidades empresariais.
- (C) O contador deverá classificar a subvenção social como transferência de capital, pois é destinada à entidade privada, e a subvenção econômica como despesa de custeio.
- (D) O contador deverá classificar ambas as dotações como investimentos, pois as subvenções representam aplicação de recursos públicos em entidades externas ao orçamento.
- (E) O contador deverá classificar a subvenção social como inversão financeira e a subvenção econômica como investimento, pois ambas envolvem transferência de recursos ao setor privado.

QUESTÃO 39



Ao revisar a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) utilizada por um ente público, um contador público precisou verificar se os códigos estavam corretamente associados às respectivas classes e grupos.

Com base nessa situação hipotética e considerando a estrutura básica do PCASP até o 2º nível de desdobramento, assinale a opção em que todas as associações entre código e denominação estão corretas.

- (A) 1.1 – ativo não circulante; 2.1 – passivo circulante; 7.3 – execução da dívida ativa
- (B) 3.5 – transferências e delegações recebidas; 4.5 – transferências e delegações concedidas; 8.8 – custos
- (C) 1.2 – ativo não circulante; 2.3 – patrimônio líquido; 5.2 – orçamento aprovado
- (D) 5.1 – execução do planejamento; 6.1 – planejamento aprovado; 8.5 – consórcios públicos
- (E) 3.4 – variações patrimoniais diminutivas financeiras; 4.6 – valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos; 7.8 – apuração de custos

QUESTÃO 40



Ao revisar as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público de um ente, um contador público observou que uma das demonstrações evidenciava, de forma conjunta, a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Considerando essa situação hipotética e a Lei nº 4.320/1964, assinale a opção correta.

- (A) Trata-se do balanço orçamentário, pois essa demonstração evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, sendo também a responsável legal por conjugar os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária do exercício financeiro.
- (B) Trata-se do balanço financeiro, pois essa demonstração evidencia a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.
- (C) Trata-se do balanço patrimonial, pois essa demonstração evidencia a posição financeira do ente público, conjugando os ativos, os passivos, os saldos em espécie disponíveis, as receitas orçamentárias arrecadadas e os pagamentos de natureza extraorçamentária do período.
- (D) Trata-se da demonstração das variações patrimoniais, pois essa demonstração evidencia a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos de natureza extraorçamentária e as alterações patrimoniais decorrentes da execução do exercício financeiro corrente.
- (E) Trata-se da demonstração dos fluxos de caixa, pois essa demonstração substitui o balanço financeiro previsto na Lei nº 4.320/1964, ao evidenciar os recebimentos e os pagamentos orçamentários e extraorçamentários ocorridos durante o exercício financeiro.

QUESTÃO 41



De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. Com base nessa informação, assinale a opção que apresenta corretamente o prazo para essa providência.

- (A) até 15 dias após a publicação dos orçamentos
- (B) até 30 dias após a publicação dos orçamentos
- (C) até 45 dias após a publicação dos orçamentos
- (D) até 60 dias após a publicação dos orçamentos
- (E) até 90 dias após a publicação dos orçamentos

QUESTÃO 42



Conforme o *caput* do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a opção que apresenta um instrumento da transparência da gestão fiscal.

- (A) anexo de metas fiscais
- (B) cronograma de execução mensal de desembolso
- (C) anexo de riscos fiscais
- (D) relatório de gestão fiscal
- (E) demonstrativo de gestão de riscos fiscais

QUESTÃO 43



Em 1/1/2025, uma sociedade empresária adquiriu uma máquina industrial pelo valor de R\$ 180.000. Assim, para que o equipamento pudesse operar nas condições pretendidas pela administração, a entidade incorreu, ainda, em gastos de transporte e instalação no valor de R\$ 12.000. Nesse ínterim, a máquina ficou disponível para uso em 1/4/2025, data em que entrou em condições operacionais, embora tenha permanecido ociosa durante o mês de julho por falta temporária de demanda. A administração, então, estimou valor residual de R\$ 24.000 e vida útil econômica de 8 anos, adotando o método linear de depreciação.

Com base nessa situação hipotética e nos critérios de reconhecimento e mensuração da depreciação do ativo imobilizado, assinale a opção correta.

- (A) A despesa de depreciação de 2025 será de R\$ 24.000, pois a depreciação deve ser calculada sobre o custo total do ativo, sem dedução do valor residual, a partir da data de aquisição.
- (B) A despesa de depreciação de 2025 será de R\$ 14.000, pois a máquina deve ser depreciada somente pelos meses em que esteve em efetiva produção, excluindo-se o período em que permaneceu ociosa.
- (C) A despesa de depreciação de 2025 será de R\$ 14.625, pois os gastos com transporte e instalação devem ser reconhecidos diretamente como despesa do período, sem compor o custo do imobilizado.
- (D) A despesa de depreciação de 2025 será de R\$ 15.750, pois o valor depreciável corresponde ao custo do ativo deduzido do valor residual, e a depreciação deve iniciar-se quando o bem estiver disponível para uso.
- (E) A despesa de depreciação de 2025 será de R\$ 21.000, pois a depreciação deve ser iniciada no mês da aquisição e interrompida apenas quando o ativo for baixado contabilmente.

QUESTÃO 44



A Alfa & Ômega Serviços Ltda. apurou, na folha de pagamento de determinado mês, os seguintes valores: salário bruto de R\$ 10.000; INSS descontado dos empregados de R\$ 1.100; imposto de renda retido na fonte de R\$ 300; contribuição previdenciária patronal de R\$ 2.000; e FGTS devido pela empresa de R\$ 800, calculado sobre a remuneração bruta.

Considerando essa situação hipotética, o regime de competência e a distinção entre encargos patronais e valores retidos dos empregados para posterior recolhimento a terceiros, assinale a opção que apresenta corretamente a despesa total de pessoal reconhecida pela empresa no mês.

- (A) A despesa será de R\$ 10.000, pois somente o salário bruto integra a despesa de pessoal, sendo os encargos patronais reconhecidos apenas no momento do pagamento.
- (B) A despesa será de R\$ 11.100, pois a despesa de pessoal corresponde ao salário bruto acrescido do INSS retido dos empregados, que também onera o resultado da empresa.
- (C) A despesa será de R\$ 12.800, pois a despesa de pessoal corresponde ao salário bruto acrescido dos encargos patronais de INSS e FGTS incidentes sobre a folha.
- (D) A despesa será de R\$ 12.000, pois a despesa de pessoal corresponde ao salário bruto acrescido apenas do INSS patronal, não se incluindo o FGTS no mesmo mês.
- (E) A despesa será de R\$ 8.600, pois a despesa de pessoal corresponde ao valor líquido efetivamente pago ao empregado após as retenções legais incidentes.



ANOTAÇÕES

QUESTÃO 45



Uma empresa de prestação de serviços de construção civil, optante pelo Simples Nacional e tributada exclusivamente pelo Anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006, possuía empregados registrados e transmitia regularmente os eventos periódicos de remuneração e pagamento ao eSocial. Ademais, ao encerrar a competência mensal, o contador verificou a existência de contribuição previdenciária patronal incidente sobre a folha de pagamento. A administração da empresa, entretanto, sustentou que apenas a contribuição previdenciária descontada dos segurados empregados, isto é, o INSS retido em folha deveria ser declarada em DCTFWeb, pois, segundo o seu entendimento, a contribuição previdenciária patronal da pessoa jurídica estaria abrangida pelo DAS do Simples Nacional.

Considerando essa situação hipotética e as regras aplicáveis ao Simples Nacional e à DCTFWeb, assinale a opção correta.

- (A) A administração está correta, pois, no Simples Nacional, a contribuição previdenciária patronal incidente sobre a folha integra o recolhimento unificado do DAS, cabendo à DCTFWeb apenas declarar a contribuição descontada dos segurados empregados, independentemente do anexo de tributação da empresa.
- (B) A administração está correta, desde que a empresa transmita regularmente o PGDAS-D, pois a apuração dos tributos no Simples Nacional dispensa, nesse caso, a declaração da contribuição previdenciária patronal em DCTFWeb, ainda que a atividade seja tributada pelo Anexo IV.
- (C) A administração está incorreta, pois, nas atividades tributadas pelo Anexo IV, a contribuição previdenciária patronal não está incluída no DAS, devendo ser declarada em DCTFWeb e recolhida por DARF numerado quando devida, juntamente com os demais débitos previdenciários decorrentes da folha.
- (D) A administração está incorreta apenas quanto à obrigação acessória, pois a DCTFWeb deve ser transmitida para fins meramente informativos, mas o recolhimento dos débitos previdenciários nela declarados permanece vinculado ao DAS do Simples Nacional, independentemente do anexo de tributação aplicável.
- (E) A administração está correta, pois, caso o fator R da empresa – relação entre a folha de pagamento e a receita bruta dos últimos 12 meses – seja igual ou superior a 28%, as suas atividades seriam, automaticamente, reclassificadas do Anexo IV para o Anexo III, anexo em que a contribuição previdenciária patronal está incluída no DAS.

QUESTÃO 46



Ao final do exercício de 2025, o auditor independente de uma companhia comercial obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente de que parte relevante dos estoques da entidade estava registrada por valor superior ao valor realizável líquido, em desacordo com a norma contábil aplicável. Cientificada da distorção, a administração recusou-se a reconhecer a perda estimada correspondente. Os efeitos dessa distorção impactaram os estoques, o custo das mercadorias vendidas e o resultado do exercício e, considerando que eram relevantes, mas não generalizados a ponto de comprometer a compreensão das demonstrações contábeis como um todo.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente a opinião que o auditor deverá emitir.

- (A) opinião não modificada, com parágrafo de ênfase
- (B) opinião modificada, com ressalva
- (C) opinião modificada, adversa
- (D) opinião modificada, com abstenção de opinião
- (E) opinião não modificada, sem ressalva

QUESTÃO 47



Ao planejar os testes substantivos acerca das contas a receber de uma companhia, um auditor independente decidiu aplicar procedimentos de auditoria em uma amostra de títulos registrados no razão auxiliar. Para isso, delimitou a população, definiu a unidade de amostragem, considerou a possibilidade de estratificação dos saldos e avaliou o risco de que a conclusão fundamentada na amostra pudesse ser diferente daquela que seria obtida se toda a população fosse examinada.

A partir dessa situação hipotética e considerando as normas brasileiras de auditoria independente a respeito da amostragem em auditoria, assinale a opção correta.

- (A) A amostragem em auditoria somente pode ser utilizada em testes substantivos, sendo vedada a sua aplicação em testes de controle, pois estes exigem avaliação integral da população.
- (B) O risco de amostragem corresponde ao risco de o auditor chegar a uma conclusão diferente daquela que alcançaria se toda a população fosse submetida ao mesmo procedimento de auditoria.
- (C) A utilização de amostragem estatística elimina o julgamento profissional do auditor, pois a seleção dos itens e a avaliação dos resultados passam a decorrer exclusivamente de fórmulas matemáticas.
- (D) A seleção de itens de maior valor em uma população dispensa a avaliação dos demais itens, pois a amostra direcionada é o bastante para assegurar uma conclusão suficiente sobre toda a população.
- (E) A estratificação da população é incompatível com a amostragem em auditoria, pois impede que os resultados obtidos na amostra sejam projetados para a população examinada.

QUESTÃO 48



A Lei nº 14.230/2021 promoveu profunda reforma na Lei nº 8.429/1992, cujos efeitos foram delimitados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Com base nessa informação e considerando o regime jurídico da improbidade administrativa, assinale a opção correta, à luz da jurisprudência do STF.

- (A) As condutas que configuram ato de improbidade administrativa constituem rol exemplificativo.
- (B) A improbidade administrativa exige o dolo, entendido como a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito.
- (C) Por determinação constitucional, a revogação da modalidade culposa retroage para desconstituir condenações já transitadas em julgado.
- (D) Os novos prazos prescricionais aplicam-se retroativamente aos fatos praticados antes da vigência da lei.
- (E) O Ministério Público é o único legitimado para a ação de improbidade, sendo vedada a atuação da pessoa jurídica interessada.

QUESTÃO 49



A Lei nº 9.784/1999 disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e assegura ao administrado o direito de recorrer das decisões. Com base nessa informação e na referida Lei, assinale a opção correta, acerca do regime dos recursos administrativos.

- (A) Interposto o recurso perante autoridade incompetente, não será ele conhecido, cabendo ao próprio recorrente identificar e provocar a autoridade competente dentro do prazo originário.
- (B) No julgamento do recurso, é vedado à Administração agravar a situação do recorrente, ainda que a este se oportunize manifestação prévia.
- (C) O recurso administrativo é recebido no efeito suspensivo.
- (D) A admissibilidade do recurso administrativo subordina-se, como regra, à prévia prestação de caução pelo recorrente.
- (E) O recurso é dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não o reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

QUESTÃO 50



O prefeito de um município, quatro meses antes do término de seu mandato, sancionou uma lei que concedia aumento remuneratório aos servidores do poder executivo municipal. Esse aumento, que não se caracterizou como revisão geral anual, resultou no aumento da despesa com pessoal, com elevação de seu percentual em relação à receita corrente líquida, mas sem atingir o limite prudencial.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- (A) Como a despesa não atingiu o limite prudencial, nenhuma vedação incidia, sendo, assim, válido o aumento concedido.
- (B) O aumento seria nulo somente se a despesa houvesse superado o limite de 50% da receita corrente líquida aplicável aos municípios.
- (C) O aumento viola as regras da LRF e é nulo de pleno direito.
- (D) Bastará ao município eliminar eventual excedente nos dois quadrimestres seguintes, sem a nulidade do ato.
- (E) A nulidade alcançaria o ato apenas se este fosse expedido nos 90 dias anteriores ao término do mandato.



ANOTAÇÕES

PROVA DISCURSIVA | PARTE 1

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A Copa do Mundo de 2026 começou no dia 11 de junho de 2026 e os bastidores políticos já deixaram claro que o torneio de futebol mais importante do planeta não está isolado das tensões geopolíticas globais. Devido ao conflito mais recente, quando os Estados Unidos (EUA) lançaram ataques aéreos surpresa contra o Irã em fevereiro de 2026, em uma decisão sem precedentes na história dos Mundiais, o governo dos EUA impôs uma condição rígida para autorizar a entrada dos atletas e da comissão técnica da seleção do Irã em território norte-americano: os jogadores iranianos estão proibidos de se hospedar ou passar a noite no país.

Internet: <ocorreio.com.br> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo-argumentativo acerca do tema a seguir.

Relações internacionais e geopolíticas entre EUA e Irã

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) fato que marcou o início do rompimento geopolítico do Irã com os EUA;
- b) razões da intervenção do Irã no sul do Líbano com o objetivo de defender a região contra os ataques de Israel; e
- c) principal *commodity* de interesse dos EUA em relação ao Irã, a ponto de o país ocidental atacar o país do Oriente Médio.

PROVA DISCURSIVA | PARTE 2

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Em dezembro de 2025, no encerramento do exercício financeiro, o contador do Conselho Regional de Química da 5ª Região (CRQ-V), autarquia federal, foi acionado por um dos conselheiros para esclarecer dois pontos que travavam a aprovação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público pelo plenário. Do quadro principal do balanço orçamentário, foram extraídos os seguintes dados.

PREVISÃO INICIAL	R\$ 10.000.000
PREVISÃO ATUALIZADA	R\$ 10.500.000
RECEITA REALIZADA	R\$ 10.200.000
DOTAÇÃO INICIAL	R\$ 10.000.000
DOTAÇÃO ATUALIZADA	R\$ 11.300.000
DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 10.800.000
DESPESAS LIQUIDADAS	R\$ 10.100.000
DESPESAS PAGAS	R\$ 9.600.000

Além disso, o CRQ-V havia utilizado R\$ 800.000 de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior como fonte para a abertura de créditos adicionais no exercício de 2025.

Um dos conselheiros alegou que o superávit financeiro de exercícios anteriores deveria ser somado à receita realizada para eliminar o déficit aparente. Alegou, ainda, que a diferença entre a dotação atualizada e a previsão atualizada caracterizaria falha técnica no fechamento das contas.

Com base na situação hipotética apresentada, nos dados fornecidos e nas normas aplicáveis, redija um estudo de caso, com foco na aplicação prática do conteúdo profissional, atendendo, necessariamente, os seguintes aspectos:

- finalidade e estrutura do balanço orçamentário previstas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP);
- apuração e interpretação, com base nos dados apresentados, do resultado orçamentário, da execução da receita e da despesa e dos restos a pagar; e
- tratamento do superávit financeiro de exercícios anteriores e resposta fundamentada às dúvidas suscitadas pelo conselheiro.